

Educação ambiental, cidadania e emancipação

Uma experiência comunitária em Ponta Grossa/PR –
Brasil

Año
2013

Autor
Schimanski, Édina

Este documento está disponible para su consulta y descarga en el portal on line de la Biblioteca Central "Vicerrector Ricardo Alberto Podestá", en el Repositorio Institucional de la **Universidad Nacional de Villa María**.

CITA SUGERIDA

Schimanski, É., Cortes da Costa, L., Rolim de Moura, R. y Scheffer, S.M. (2013) *Educação ambiental, cidadania e emancipação*. Villa María: Universidad Nacional de Villa María



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E EMANCIPAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA EM PONTA GROSSA/PR – BRASIL.

MESA TEMÁTICA: N. 07 – EXPERIÊNCIAS DE INTERVENÇÃO E INVESTIGAÇÃO NO CAMPO SOCIAL.

Édina Schimanski¹
Lucia Cortes da Costa²
Reidy Rolim de Moura³
Sandra Maria Scheffer⁴

Palavras-chave: organização comunitária, comunidade, direitos sociais.

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar dados de um projeto de extensão desenvolvido nas comunidades Jardim Três Rios e Manacás, localizadas no bairro Santa Luzia, região do Bonsucesso, em Ponta Grossa/P - Brasil. O desenvolvimento do projeto originou-se a partir das demandas identificadas através de um diagnóstico social realizado em 2008 por professoras e discentes do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O público alvo do projeto de extensão é composto em sua maioria por famílias em vulnerabilidade econômica e social, precariedades nos sistemas de saneamento básico, transporte urbano, dificuldade no acesso à saúde e educação, bem como ao mercado de trabalho, entre outros. Uma das situações mais complexas experimentadas na comunidade refere-se ao fato de os moradores conviverem com área de lavoura, na qual periodicamente são pulverizados produtos químicos, segundo depoimento da população local esses produtos afetam à saúde. Diante destas demandas o projeto teve como objetivo desde o início dos

¹ Doutora, Professora de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, edinaschi@hotmail.com>

² Doutora, Professora de Serviço Social e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, cortesluci@gmail.com

³ Doutora, Professora de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa; reidymoura@gmail.com

⁴ Doutoranda, Professora de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa; sandrascheffer@uol.com.br

trabalhos, informar a comunidade sobre as políticas sociais básicas; assessorar a população local nas atividades da associação de moradores; desenvolver ações de educação ambiental, dentre outras que foram pontuais nas demandas da comunidade.

Desse modo, na primeira parte é apresentado um breve histórico do projeto de extensão e seus princípios conceituais que levam em conta a idéia de comunidade, organização e participação social, bem como educação ambiental comunitária. Em seguida, são apontados os objetivos e a metodologia do trabalho realizado na comunidade. E, finalmente, na última parte destacam-se alguns dos resultados obtidos através do desenvolvimento do projeto junto a comunidades de Três Rios e Manacás.

Um breve histórico do projeto de extensão e seus princípios conceituais

O projeto de extensão que se apresenta aqui teve durante sua consolidação o objetivo contribuir para o desenvolvimento sócio-ambiental na região em que atua. O objetivo geral do projeto sempre esteve coerente com as diretrizes do curso de Serviço Social da UEPG, o qual tem na formação de seus (as) alunos (as) a prioridade de promover uma atuação de forma ética junto às populações em situação de risco e vulnerabilidade, bem como de favorecer o acesso aos direitos sociais pela população. É importante ressaltar que a atuação da extensão universitária nesse projeto está voltada para a busca de cidadania numa perspectiva teórica e ideológico-política que se fundamenta na emancipação social dos sujeitos.

A atuação através de projetos de extensão promove a integração da Universidade com a comunidade local e, também, é um elemento fundamental no processo de aprendizagem dentro do tríplice eixo ensino, pesquisa e extensão.

O Curso de Serviço Social, através do projeto de extensão acima citado, busca integração das diferentes disciplinas teóricas com a atuação prática junto à comunidade, favorecendo atuação integrada com a rede de atendimento social do município, no sentido de identificar e encaminhar as demandas da comunidade. Uma das principais demandas refere-se justamente a precariedade sócio-ambiental da área, a qual será descrita mais adiante.

O trabalho iniciou nas comunidades Três Rios e Jacarandá (Ponta Grossa/Paraná/Brasil) em 2008, a partir das atividades docentes e discentes realizadas nessas localidades. A princípio o lócus configurou-se como um espaço no qual os (as) alunos (as) pudessem desenvolver uma prática junto à comunidade como princípio do seu aprendizado profissional. Com o passar do tempo, as atividades realizadas foram tomando um corpo mais sólido e específico e, assim, o grupo de docentes sentiu a necessidade de sistematizar as práticas realizadas a partir da organização de um projeto de extensão universitária.

O projeto de extensão teve início em agosto de 2009 e sua primeira edição perdurou até fevereiro de 2010 com a participação de docentes do departamento de Serviço Social e alunos (as) do 2º ano do curso. O projeto teve sua reedição no período de março de 2010 a fevereiro de 2011, porém houve uma modificação no lócus de intervenção. A região do Jacarandá passou a não fazer mais parte do projeto, pois devido aos conflitos entre as lideranças na comunidade, as mesmas deixaram de comparecer as reuniões, se desmobiliando completamente. Por outro lado, na região dos Três Rios as demandas aumentavam sensivelmente, sobretudo com o acelerado processo de povoamento da área vizinha denominada Jardim Manacás. Com o grande aumento da população do Jardim Manacás houve uma necessidade de intensificação dos trabalhos nessa localidade. Nesta região tem-se o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), com o qual se estabeleceu parceria para atuação com a comunidade. A intervenção acabou abrangendo também, indiretamente, os moradores da chamada “Rua Cascavel”, também localizada na região atendida pelo referido CRAS.

A região mencionada acima é considerada como uma das regiões mais pobres do município, com sérios problemas de desemprego, baixa escolaridade, violência, saúde precária da população, problemas ambientais graves, entre outras coisas. Paralelo às dificuldades experimentadas na comunidade outro grave problema relacionado ao baixo nível de participação social foi observado pela equipe do projeto: a desmobilização comunitária e juntamente com isso o sentimento de não pertencimento ao local. Então a partir de 2011 o projeto de extensão começa a atuar de forma mais incisiva na região passando a se chamar “*Direitos Sociais, Educação Ambiental e Organização Comunitária*”.

A idéia da equipe era juntamente articular a questão da organização comunitária com a luta pelos direitos sociais através de um processo sócio-pedagógico que levasse em conta os aspectos ambientais do local. Nesse sentido, o projeto se apóia na compreensão de que uma sociedade civil forte resulta da articulação e mobilização dos sujeitos sociais pelos seus direitos. Acredita-se que as organizações comunitárias apresentam uma especificidade, caracterizada pelo fato de se constituírem em coletividades que se reúnem e se organizam tendo em vista discutir e demandar melhorias urbanas na busca de fortalecer a comunidade.

Nesse sentido, é que o projeto de extensão pretende contribuir para a capacitação e envolvimento das pessoas em torno de questões de sua comunidade, nas resoluções das problemáticas sociais que envolvem seus locais de moradia. A idéia é a divisão de saberes com as comunidades, contribuindo desta forma, com o conhecimento aprofundado da realidade local.

Nesta relação, todas as instituições envolvidas no projeto (comunidade, agentes de políticas públicas e universidade) têm experimentado alguns resultados efetivos. A comunidade tem tido a oportunidade de conhecer melhor sua própria dinâmica em comunidade, podendo qualificar melhor sua forma de organização e trabalhos através de uma abordagem técnica de saberes construídos cientificamente. Também tem oportunidade de conhecer melhor a dinâmica das políticas públicas e discutir suas formas de operacionalização. A administração pública, por sua vez, tem encontrado na universidade uma parceria para atuar nas problemáticas que atingem as comunidades periféricas através do contato direto com os representantes comunitários destas localidades e com os técnicos da Universidade, oportunizando conhecer melhor os problemas e as formas de resolução dos mesmos. Para a Universidade, é uma proposta importante no sentido de que possibilita aproximar-se concretamente da realidade local.

A atuação extensionista, sem dúvida, permite conhecer a dinâmica presente na comunidade, construir conhecimento sobre a realidade social e contribuir efetivamente na formação de alunos e professores, na abordagem das questões colocadas no cotidiano, como um processo de formação profissional.

No que tange às questões teóricas, destaca-se que há uma diversidade de significados atribuídos ao termo ‘comunidade’ e é preciso refletir as múltiplas

significações e comentar as diversas interpretações que são dadas, especialmente hoje, quando a maioria dos profissionais da saúde e das ciências humanas dizem estar trabalhando “nas” e “com” as comunidades (SAWAIA, 1999).

Em termos empíricos a comunidade passou a ser referencial de análise que permite olhar a sociedade do ponto de vista do vivido, bem como, passou ser possível pesquisar utilizando-se procedimentos como: observação participante, estudo de casos, organização de grupos, entre outros métodos científicos.

De uma maneira geral, comunidade pode ser entendida e representada nas mais variadas formas: - como sinônimo impreciso de sociedade; - como categoria de pessoas (comunidades religiosas); - como referência política mais ampla (uniões econômicas); - como sinônimo e adjetivo do social (comunitária, associação); como uma área delimitada geograficamente de moradia, identificada pelas que pessoas que aí vivem.

Dentre os significados acima, cabe destacar que a última geralmente é mais levada em consideração quando se pensa em elaboração e execução de políticas públicas no Brasil. Souza, ao discorrer sobre o desenvolvimento de comunidade no Brasil e o significado do termo comunidade, já apontava que “o local de moradia, mesmo nos limites arbitrários que possui, significa uma primeira aproximação para que o contexto cotidiano entre grupos e subgrupos de uma mesma classe social seja identificado”. A autora chama atenção para o fato de que é preciso levar em consideração que “a substância da comunidade não está no aspecto físico da área de moradia, mas no conjunto de relações e inter-relações, de poderes e contrapoderes que se estruturam, tomando como referência a infra-estrutura física e social da área” (1990, p. 66).

Para Souza (1990), a comunidade é uma forma particular de expressão da própria sociedade e que analisá-la pressupõe o entendimento, tanto de seu sentido global, como de sua particularidade própria – entendidas aqui como interesses e preocupações comuns dos que lá convivem numa mesma área.

Sawaia, entretanto, ressalta o fato de que não se pode apresentar comunidade como um conceito plenamente elaborado e fechado, retirando-lhe o caráter sócio-político e utópico que a caracteriza. Segundo ela, “comunidade, mais do que uma categoria científico-analítica é categoria orientadora da ação e da reflexão e seu conteúdo é extremamente sensível ao contexto social em que se insere, pois está associada ao debate milenar sobre exclusão social e ética do bem viver” (1999, p. 50).

Importante destacar também o conceito de território para tal análise, o qual segundo Gohn (2005, p. 59), “vem se impondo no lugar de comunidade porque incorpora a dimensão do espaço/lugar aliada a processos de relações sociais, refere-se ao lugar de memória, da história, da cultura e do poder, da política”. O território, então, se caracteriza como “o suporte de práticas identitárias”; ele está na base dos conflitos e também na construção de consensos.

É Gohn (2005, p. 26) que também trabalha a cidadania numa dimensão coletiva, a qual desloca-se de um conceito mais tradicional (onde o indivíduo é o centro com seus direitos civis e políticos), rumo a “uma cidadania de grupos coletivos que vivem situações similares, do ponto de vista da forma como são excluídos ou incluídos numa dada realidade social”. Esta realidade pode ser a mesma situação econômica, desemprego, exclusão social, ou, questões de raça, etnia, sexo, religião, entre outras. A cidadania coletiva tem como característica unir “coletivos sociais da sociedade civil” e pressionar a “regulamentação, implementação e vigilância da aplicabilidade de direitos de inúmeras ordens” (2005, p. 30).

Há, ainda, outro fator importante, isto é, a idéia de ir de encontro com o capitalismo quando se questiona o direito à propriedade, à exploração, entre outras coisas. Vale ressaltar que o que define cidadania nesse contexto é nada mais e nada menos que as redes de relações, as práticas conjuntas e as relações com o Estado (Gohn, 2005).

Na atualidade o associativismo brasileiro está numa nova trajetória, em que “os movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade, como atores que pressionam por processos de mudança social” e que houve sim transformações

de diversas dimensões nas características destes movimentos sociais, que vão desde a forma de agir, pensar, até os projetos de sociedade (Gohn, 2005, p. 111). Nos anos de 1990, vários atores emergiram socialmente e politicamente (ONGs, associações, fundações, etc), e vários mecanismos legais pressupõem a participação do cidadão e a possibilidade de controle social, mesmo que confinados em órgãos competentes. Sendo assim, afirma a autora, é preciso levar em conta que o “compromisso ético e a opção pelo desenvolvimento de propostas que tenham por base o protagonismo da sociedade civil exige uma clara vontade política das forças democráticas organizadas para a construção de uma nova sociedade” considerando que se deve almejar “espaço público deferente do modelo neoliberal, construído em cima de exclusões e injustiças.” (ibid, p. 113).

Nesta perspectiva, a mobilização social deve ser impulsionada a pensar na participação como potencializadora de sentido e significado a um grupo ou movimento social, gerando possibilidades de criticidade, novos valores e direções da cultura política que se afastem de tradicionais formas de agir clientelistas, conservadoras, autoritárias, etc.

O caráter de emancipação social dos sujeitos emerge aqui como uma categoria essencial. A respeito desta categoria, destaca-se a discussão de Luiz, 2011, p. 120) que, numa perspectiva gramsciana, afirma que para que aconteça é preciso seguir o caminho que leva “a elevação intelectual e cultural, de conhecer/pensar coerente e criticamente a realidade e sobre esta elevação, o desenvolvimento de práticas sociais diferenciadas que enfrentam o pensamento tradicional” e assim, a partir destas práticas que envolvem os sujeitos a partir de uma responsabilidade coletiva e não individual, é que se persiste uma ação emancipatória. Ainda segundo a autora, neste sentido pode-se dizer que uma concepção de emancipação social que subsidia a prática do Serviço Social gira em torno do seguinte:

(...) processo molecular de elevação da consciência crítica e do protagonismo social autônomo das classes subalternas. A elevação de uma situação de subalternidade a de protagonismo social – que desencadeia ações políticas de caráter crítico-democrático no espaço público – é o indicador de análise do desenvolvimento do processo de emancipação

social vivido pelo grupo ou classe, sem perder de vista a proposição teleológica de um novo projeto ético-político de sociedade. (LUIZ, 2011, p. 121).

Assim, ao trabalhar com comunidade não se pode perder de vista a idéia de fortalecimento da participação social, de luta de pelos direitos sociais, de combate das desigualdades e injustiças sociais. Neste sentido que argumenta-se neste trabalho de extensão que é apresentado aqui que a promoção de uma educação ambiental crítica e emancipatória (Schimanski, 2011) torna-se uma tarefa imprescindível na comunidade.

No cenário comunitário, no qual o presente projeto de extensão é desenvolvido, há diferentes nuances sociais e a questão da mobilização e participação social torna-se um vértice imprescindível para a conquista da cidadania social, política e ecológica. Ou ainda, como apontam alguns autores, a busca pela chamada cidadania planetária, a qual engloba tudo.

O termo educação ambiental, por vezes pode ser entendido como aquele desenvolvido nas e pelas escolas através do ensino formal. Como no nosso caso, o público alvo são duas comunidades, trata-se de uma educação ambiental comunitária não formal, com atores sociais diversos, portanto um processo educativo amplo e que está conectado aos aspectos sociais por elas apresentados.

Nos últimos anos tem se percebido um aumento acelerado do processo de degradação ambiental, o qual é proveniente do modelo de produção no qual vivemos que incentiva o consumo acentuado sem a preocupação com a criação de uma cultura que leve em conta saberes ambientais críticos e emancipatórios. Neste contexto, a educação ambiental assume um papel fundamental na medida em que possibilita práticas de cunho crítico voltadas para os sujeitos sociais na sua relação com o meio ambiente.

Segundo Reigota (1991), os principais objetivos para os profissionais que atuam com a educação ambiental seriam estimular: a consciência, o conhecimento, as atividades, a competência e a participação. Portanto, seria trabalhar com os grupos sociais e comunidade na vertente da sensibilização, de proporcionar o acesso ao conhecimento, de possibilitar atividades para estimular a participação que desenvolva valores e competências de proteção ao ambiente.

Este processo de estímulo “a reflexão comunitária sobre o meio ambiente, vai desde o entendimento de que os seres humanos fazem parte da natureza e, que, a conservação da biodiversidade, ocorre como uma consequência de um processo educativo que proporciona a alteração de valores para então alterar atitudes.

Segundo Aguayo & Garcia (2007) é necessário garantir o equilíbrio entre a dimensão sociopolítica e ecológica em cada uma das intervenções sociais para fins de se caminhar para uma sociedade sustentável. Os autores valorizam a presença de técnicos sociais como assistentes sociais para desenvolver a sensibilização dos sujeitos de forma a fazer com que os mesmos encontrem maneiras de colaborar no processo de resolução dos problemas, como também proporcionando a informação, valorizando os êxitos e interpretando as falhas. Todo este processo favorece a criação de uma identidade comunitária que poderia se expressar em projetos comunitários de eco-desenvolvimento.

Esta lógica perpassa pela interpretação do ser humano em sua dimensão socioambiental e em suas formas de organizações sociopolíticas, o que corresponde a lógica do projeto de extensão de se trabalhar pela vertente da organização comunitária, educação ambiental e direitos sociais.

A partir da realização do projeto de extensão podemos observar mudanças na relação estabelecida entre comunidade e meio ambiente. Neste sentido, a prática de uma educação ambiental voltada para os sujeitos e sua relação crítica com o meio ambiente tem sido capaz de transformar a vida comunitária em um espaço de construção ambiental que privilegia a participação popular como elemento essencial do chamado processo de conscientização sobre o meio ambiente.

Objetivos do projeto de extensão

Desta forma, o projeto de extensão tem como objetivo central contribuir com o desenvolvimento das comunidades de Três Rios e Manacás em relação aos direitos sociais, à qualificação profissional, ao processo de educação ambiental, organização

comunitária e emancipação. Dada a realidade experimentada nas comunidades pelos sujeitos sociais, o projeto tem a missão de favorecer os grupos sociais presentes no local com informações sobre os direitos sociais e os mecanismos de garantia de acesso através das políticas sociais básicas. Nesse sentido, um objetivo primordial do projeto tem sido o de fortalecer as lideranças locais e promover assessoria para associação de moradores, considerando o nível de desarticulação comunitária existente no local.

Vale ressaltar – devido a própria situação econômico-social das pessoas e o nível de desemprego exposto – a importância de identificar na comunidade a situação real dos moradores em relação à qualificação profissional e encaminhar os dados identificados para Governo Municipal e agência afins. Essa, inclusive, está se tornando nesse momento histórico do projeto uma das ações centrais no processo de melhoria da qualidade de vida das pessoas, no sentido de encontrar soluções possíveis para a relação trabalho-desemprego dentro de uma perspectiva de entendimento da chamada sociedade sustentável.

Em paralelo, um objetivo de extrema relevância do projeto é desenvolver práticas de educação ambiental na comunidade, pois a precariedade ambiental existente desfavorece o pleno exercício de uma vida digna e saudável para os moradores. A comunidade é cortada por três riachos (daí o nome Três Rios), os quais estão totalmente poluídos. Recentemente devido a um grande vazamento de um posto de combustível na região a situação se agravou. É comum crianças brincarem nas águas sujas dos rios. Outro fator que merece destaque é o fato de que os moradores reclamam constantemente da invasão de insetos e roedores, sobretudo ratos nas suas residências, bem como de problemas respiratórios graves, os quais segundo os moradores ocorrem em decorrência do agrotóxico usado nas lavouras (enorme quantidade de terra de plantio) que contracenam com a comunidade no mesmo espaço geográfico. Isso reflete a grande contradição de um processo de urbanização desenfreado e sem planejamento urbano sustentável, o qual juntou no mesmo espaço o urbano e o rural.

Nessa seara, podem ser observados outros problemas de cunho sócio ambiental tais como, excesso de lixo nas ruas, descuido com animais domésticos, onde os cães perambulam doentes pelas ruas, depredação de áreas verdes, as quais ao invés de se tornarem parques para a população, pois tem um corredor de biodiversidade amplo e uma vegetação natural, se tornam (muitas vezes) “esconderijos” para uso de drogas e violência. Dada a variedade de pássaros na região, é bastante comum a prática de “caçar passarinho/matar passarinho” com gaiolas e estilingues. Esses atos são, sobretudo, praticados por crianças e adolescentes que na ausência de outros tipos de “brincadeiras” tornam-se “caçadores de passarinhos”.

E, finalmente, no intuito de articular a relação teoria-prática, é de fundamental importância para o projeto de extensão, proporcionar aprendizado aos (as) alunos (as) do curso de Serviço Social nas ações de organização e fortalecimento de atividades comunitárias. Nesse sentido, os (as) alunos (as) tem estado de forma bastante presente na comunidade no desenvolvimento das ações propostas.

Metodologia de trabalho na comunidade

A metodologia de trabalho passa desde o planejamento das ações em parceria com as lideranças comunitárias e discentes do curso de Serviço Social, até o uso de instrumentais técnico-operativos específicos do Serviço Social. Os objetivos do projeto são trabalhados juntamente com os alunos e alunas do curso de Serviço Social através de reuniões, abordagens, eventos e monitoramento das situações ocorridas com as famílias sobre a situação dos agrotóxicos.

O trabalho atualmente é realizado em três fases:

- 1) Planejamento das ações – identificação das principais demandas a serem atendidas nas comunidades, estabelecimento de cronograma de ações na comunidade e os marcos teóricos de referência para a atuação;
- 2) Desenvolvimento das ações nas comunidades através de reuniões, visitas domiciliares, contato com a rede de atendimento social local e oficinas temáticas;
- 3) Avaliação das ações desenvolvidas, elaboração de relatórios e encaminhamento das demandas identificadas pela comunidade junto à rede de atendimento social do município.

Em todos os momentos os (as) alunos (as) do segundo ano do curso de Serviço Social são convidados a participar das atividades que são desenvolvidas na comunidade. Quando não é possível a presença da turma inteira (aproximadamente 40 pessoas), são selecionados alguns/algumas discentes, sempre buscando que todos(as) tenham oportunidade de realizar alguma atividade mais específica durante o ano.

Alguns resultados da extensão na comunidade

Obtiveram-se como principais resultados das ações: dossiê ambiental sobre a situação de confronto com a lavoura apresentado aos representantes do Ministério Público que é atualizado anualmente; levantamento das demandas profissionais e repasse para Secretarias Municipais; capacitação da associação do Jardim Manacás e eventos de socialização e discussão das políticas sociais, bem como sobre a importância da reciclagem e os cuidados com o meio ambiente. Também pode-se obter como resultado dos trabalhos, especialmente o fortalecimento da relação ensino

e prática profissional para os envolvidos no projeto, com a possibilidade de articulação entre teoria e realidade social, a valorização da extensão e oportunidade para equipe de compreensão e análise da realidade, proporcionando a efetivação do tripé ensino, pesquisa e extensão, o despertar de uma preocupação ambiental e de saúde na comunidade em relação ao uso de agrotóxicos nas plantações no entorno da comunidade, bem como a visibilidade que os problemas sócio-ambientais da comunidade ganharam na esfera pública da região.

Desse modo, a relação entre educação ambiental, cidadania e emancipação comunitária tem formado o tripé de sustentação do projeto nas referidas comunidades. Há, portanto, um esforço permanente do Serviço Social em trabalhar processos sociais de emancipação social que visem uma comunidade mais crítica em relação aos seus direitos na busca da efetivação de políticas públicas no âmbito sócio-ambiental do local.

O trabalho realizado nessas comunidades tem sido intenso. No ano de 2010 resultou pontualmente em organização das Associações de Moradores da comunidade Três Rios e da comunidade de Manacás, sendo que as duas associações de moradores consolidaram processo de eleição para presidente da associação e participaram das atividades desenvolvidas na comunidade.

Ocorreu a capacitação da Associação de Moradores do Jardim Três Rios em 2010 e neste ano no Jardim Manacás. As comunidades encaminharam várias solicitações para a melhoria da comunidade aos órgãos municipais, os quais vem sendo atendidos gradualmente. Também ocorreu a visita de Secretários Municipais para conhecimento das necessidades locais.

Outro ponto a ser destacado foi o fortalecimento do CRAS. Sendo que em geral as ações desenvolvidas na comunidade são feitas em parceria e no espaço organizado pelo CRAS, reforçando assim a atuação em consonância com SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Quanto às questões sócio-ambientais, o papel da educação ambiental nos grupos comunitários tem sido levantar reflexões e encaminhamentos sobre direitos sociais e humanos, os quais se fizeram presentes nas ações que aconteceram na comunidade. Como afirmado anteriormente, a idéia é promover ações emancipatórias

dos sujeitos através de uma prática crítico-pedagógica que leve em consideração a comunidade e seus sujeitos a partir de seu processo histórico, com ênfase na participação social.

Desse modo, no final de 2010 foram realizadas diversas atividades de educação ambiental, as quais tinham o objetivo de informar e trabalhar com os moradores sobre o lixo nas ruas, as doenças causadas pelos insetos e roedores, etc. Foram distribuídos cartazes e folders sobre como evitar doenças como a dengue, por exemplo.

Um atividade que merece destaque, foi a realização de uma gincana de limpeza da comunidade, a qual envolveu praticamente todas as famílias da região. A idéia principal era fazer a limpeza das ruas em uma parceria com os próprios catadores de material reciclável da comunidade. Deste modo, a população catava o lixo e os catadores separavam o que poderia ser reciclado. Interessante ressaltar que tal atividade serviu para ampliar o relacionamento da comunidade com os catadores de material recicláveis, os quais em geral são vistos como os “lixeiros” da vila.

De acordo com relatos da comunidade, o ponto mais crucial em relação aos problemas ambientais presentes na área localiza-se na questão do agrotóxico usado para a lavoura e sua interferência na vida das pessoas que ali vivem. Neste sentido, o projeto tem convidado instituições como a Regional de Saúde, a Emater, a Promotoria Pública, a Caritas (ligada a Igreja local) e outras instituições para proponham ações no tocante a análise e enfrentamento dessa situação.

Nesse caso, como prática específica de educação ambiental, tem sido realizada reuniões contínuas com as principais lideranças da comunidade para que assim se possa mapear as principais dificuldades relatadas pelos moradores, sobretudo os problemas respiratórios. A partir desses relatos será criado um *dossiê*, o qual deverá compor uma documentação a ser encaminhada para as autoridades para análise e providência. Sem dúvida, a questão sócio-ambiental presente na comunidade fere a garantia dos direitos humanos. Tal garantia deve ser legitimada pela sociedade como um todo.

Em relação aos problemas ambientais, ressalta-se, ainda, a parceria do projeto com o CRAS e verificado que de fato havia demandas não só para a equipe do projeto que atuaria junto a comunidade, mas para toda a Universidade através dos

vários projetos de extensão que possui, foi programado contato com os catadores (cerca de 40 famílias que sobrevivem de recolher o lixo da região próxima) e com a equipe da IESOL- Incubadora de Economia Solidária da UEPG, para que estes pudessem elaborar um plano de trabalho a partir da realidade e demandas do próprio grupo especificadamente com o objetivo principal de reunir os interessados em montar uma associação ou cooperativa.

Destaca-se aqui que as equipes dos projetos sempre atuaram de forma conjunta em ações que envolvessem atividades na comunidade, parceria esta que também sempre acontecia com o apoio dos (das) técnicos (as) do CRAS.

Além das atividades desempenhadas diretamente na comunidade, realizaram-se reuniões entre as equipes do projeto e demais órgãos governamentais (CRAS, Vigilância Sanitária, por exemplo) a fim de estabelecer e planejar ações em conjunto e a longo prazo voltadas para a região. A universidade, através da extensão, atua como um agente catalizador de mobilização para ações junto às comunidades e, sempre em parceria com os demais órgãos e instituições que atuam na região.

Conclusões

No Brasil, nos anos 1970/80, assiste-se à um grande numero de mobilizações sociais colocando as diferentes reivindicações da sociedade civil organizada no centro do debate. Muitos grupos organizados, alguns representando interesses de comunidades territoriais organizadas, se fizeram presentes. Já os anos 1990, no que tange a trajetória histórica das formas mobilizadoras no país, é marcado por um conjunto de formas ampliadas de participação política, entre as quais os orçamentos participativos, os conselhos, além de formas consultivas e deliberativas de participação da população no processo de tomada de decisão acerca dos bens públicos, dotações orçamentárias, e das políticas públicas. Nos municípios e administrações locais, as tomadas de decisão são discutidas e compartilhadas sob a forma de parcerias público-privadas e projetos participativos, seja através de novas relações jurídico-institucionais entre as instâncias federal, estadual, municipal, seja

através da construção de um novo espaço democrático com as comunidades locais e suas representações sociais e políticas.

Mesmo diante das garantias constitucionais de 1988, as mobilizações sociais e o protagonismo da sociedade civil como um todo, não foram suficientes para eliminar as desigualdades e a injustiça social no país. A mobilização social, entendida como envolvimento das pessoas na busca por melhores condições de vida e efetivação de direitos, continua sendo necessária mais do que nunca nos dias de hoje na busca pela cidadania.

É nesse sentido que se considera que este projeto de extensão que atua com e para a comunidade é importante e vem cumprindo com os objetivos propostos. Especialmente por permitir levar os (as) alunos (as) da universidade a terem contato com a realidade, bem como, por fortalecer projetos, instituições e lutas já existentes por mais igualdade, justiça e emancipação social de sujeitos que vivem em condições mínimas de subsistência.

A idéia de se trabalhar com organização comunitária atrelada a prática de uma educação ambiental crítica e emancipatória é fundamental para a garantia dos direitos humanos e sociais.

A educação ambiental aqui assume um papel fundamental na medida em que possibilita práticas de cunho crítico voltadas para os sujeitos sociais na sua relação com o meio ambiente. A partir da realização do projeto de extensão podemos observar mudanças na relação estabelecida entre comunidade e meio ambiente.

Neste sentido, a prática de uma educação ambiental voltada para os sujeitos e sua relação crítica com o meio ambiente tem sido capaz de transformar a vida comunitária em um espaço de construção ambiental que privilegia a participação popular como elemento essencial do chamado processo de conscientização sobre o meio ambiente. Nesse cenário, o Serviço Social enquanto profissão que se insere no debate e na luta pela garantia dos direitos de cidadania tem tido fundamental importância.

Referências

AGUAYO, Inmaculada H.; GARCÍA, Luis Miguel Rondón. O meio ambiente como fator de desenvolvimento: uma perspectiva a partir do Serviço Social. In: GÓMEZ, J.A.D.; AGUADO, O.V.; PÉREZ, A. G. **Serviço Social e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

LUIZ, Danuta E. Cantoia. **Emancipação e serviço social: a potencialidade da prática profissional**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

REIGOTA, Marcos. **O Que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SAWAIA, Bader B. **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, Vozes, 1999.

SCHIMANSKI, Edina. **Environmental education, emancipatory action and ecological citizenship**. Germany, LAP Lambert Academic Publishing, 2011.

SOUZA, Maria Antônia; COSTA, Lucia Cortes da. **Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI**. 2 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1990.

